

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 – PMBC
COMPRASGOV Nº 90046/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DATA DA ABERTURA E JULGAMENTO: 13/05/2026

HORÁRIO DA SESSÃO: 09h30min

CÓDIGO UASG: 988039

VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R\$ 12.111.944,88 (doze milhões, cento e onze mil, novecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

O edital e seus anexos estão disponíveis no site <https://www.bc.sc.gov.br>, na aba **LICITAÇÕES**.

Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, sito à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, endereço no qual os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou preferencialmente, por meio do [Protocolo Eletrônico](#), disponível no site do Município.

Balneário Camboriú, SC, 27 de abril de 2026.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 – PMBC COMPRASGOV Nº 90046/2026

O **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, por intermédio da Secretaria de Compras, torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO GLOBAL**, pelo modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, visando o **REGISTRO DE PREÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASGOV, até o horário de abertura da sessão eletrônica, conforme indicações abaixo:

Data da sessão eletrônica: 13/05/2026.

Horário: 09h30min.

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras

Código UASG: 988039

Pregoeiro Designado: Daniel Cabette

Maiores informações: no endereço fixado no rodapé, pelo telefone (47) 3267-7000 - Secretaria de Compras, ou site: www.bc.sc.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O presente edital tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, com fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, uniformes, EPIs e demais recursos necessários, a serem executados nos imóveis e demais instalações pertencentes ou utilizados pela Administração Pública Municipal de Balneário Camboriú, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo.

1.2. Os serviços compreendem, de forma não exaustiva, atividades de manutenção em sistemas e elementos construtivos, tais como instalações elétricas, hidrossanitárias, alvenaria, revestimentos, pintura, coberturas, pisos, esquadrias, serralheria, vidraçaria e demais componentes da edificação, visando à preservação das condições de segurança, funcionalidade, salubridade, durabilidade e adequada conservação do patrimônio público.

1.3. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, na qual serão indicados o local do evento, o período de utilização, os quantitativos efetivos e demais condições operacionais necessárias à realização de cada evento.

1.3.1. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos indicados possuem natureza

estimativa, não constituindo obrigação de contratação mínima ou simultânea por parte da Administração, que demandará os serviços de acordo com sua efetiva necessidade e disponibilidade orçamentária.

1.4. As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes deste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento da contratação.

1.5. Quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. O Pregão Eletrônico será realizado pela Secretaria de Compras da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú com apoio técnico e operacional da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atuará como provedor do sistema eletrônico.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) - telefone: 0800 978 9001.

2.3. É dever do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelo uso da senha de acesso e pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.7. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

- I.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- II. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- III. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;
- IV. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, na forma do art. 87, incisos III ou IV, da Lei nº 8.666/1993, do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 ou do art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021;
- V. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- VI. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- VII. sociedade cooperativa que demande relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados;
- VIII. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- IX. Organizações da sociedade civil de interesse público;
- X. empresas que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;
- XI. empresa sob falência ou recuperação judicial e/ou extrajudicial, que não apresente, durante a fase de habilitação, plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeiro estabelecidos neste edital;
- XII. agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- XIII. terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria

técnica.

3. DA PROPOSTA DE PREÇO

3.1. O licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta de preço, conforme modelo em anexo do Edital.

- I.** O licitante deverá indicar, de forma expressa no sistema eletrônico, o valor global da licitação, com até duas casas decimais, já inclusos todos os tributos, frete, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- II.** A fase de lances será disputada pelo valor global da licitação;
- III.** A proposta de preço a ser anexada ao comprasgov deverá conter a indicação do item, descritivo, quantidade, valor unitário, valor total e valor global (Vide modelo de proposta indicado no Anexo II do Edital);

3.2. A proposta apresentada será irretratável e irrenunciável, não poderá ser alterada, seja com relação a prazo e especificações, seja com relação a qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, bem como, não serão admitidos quaisquer acréscimos, supressões, retificações ou desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro para revelação de erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

3.3. Cada licitante poderá apresentar apenas uma proposta de preço.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema que:

- I.** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- II.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- III.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- IV.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. Em razão do valor global estimado da presente licitação superar o limite legal de receita bruta

para fruição do tratamento favorecido para ME/EPP, não lhe serão aplicáveis, neste certame, os benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da referida Lei Complementar, nos termos do art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. A falsidade das declarações de que tratam o subitem 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

3.7. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

3.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos necessários à execução do objeto, inclusive salários, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, logística de deslocamento, administração, reposição de uniformes, EPIs, ferramentas, equipamentos, veículos de apoio operacional, tributos, seguros e quaisquer outras despesas incidentes direta ou indiretamente sobre a contratação.

3.8.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.9. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como, de promover, quando requerido, sua substituição.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- I.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- II.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.12. O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da negociação com o pregoeiro (proposta atualizada).

4. DA ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE LANCES

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão ocorrerá por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicadas no preâmbulo.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e o licitante ocorrerá exclusivamente

mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global da licitação.

4.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

4.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

4.7. O licitante apresentará lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

4.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

4.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

4.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

4.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.12. Após o reinício previsto no subitem supra, o licitante será convocado para apresentar lances intermediários.

4.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

4.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

4.15. Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

4.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível ao licitante para a recepção dos lances.

4.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

4.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.19. Em caso de empate entre duas ou mais propostas (não seguidas de lances), haverá uma disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

4.19.1. Persistindo o empate, será oportunizado aos licitantes possibilidade de encaminhar seus documentos de proposta e de habilitação no prazo mínimo de duas horas.

4.19.2. Caso as empresas permaneçam inertes quanto aos valores inicialmente propostos, será utilizado, como critério de desempate, o dispositivo insculpido no art. 60, §1º, I, da Lei nº 14.133/21, visando fomentar a economia regional.

5. DA FASE DE JULGAMENTO

5.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- I.** SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mantido pelo Ministério do Planejamento <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/private/index.jsf>;
- II.** CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
- III.** CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, mantido pela Controladoria-Geral da União <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
- IV.** CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho nacional de Justiça <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoess/combate-a-corrupcao-enccla/cadastro-nacional-de-condenados-por-crimes-de-improbidade-administrativa/>;
- V.** TCU - Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>

5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

5.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro

examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

5.4. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, conforme art. 61 da Lei 14.133/2021.

5.5. Será solicitado aos licitantes que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, por meio de transferência eletrônica de arquivo (upload) ao sistema, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos de habilitação e dos seguintes documentos complementares:

- I. Declaração de não Parentesco;
- II. Termo de Anuência;
- III. Declaração Anticorrupção;
- IV. Declaração de compromisso e cumprimento à Lei Anticorrupção e ao Código de Conduta da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú;
- V. Declaração de que possui ou instalará escritório em Balneário Camboriú ou até 100 km de distância do município, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos do início da vigência do contrato, conforme alínea “a” do item 10.6 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
- VI. Proposta atualizada constando itens, descritivos, quantidades, valores unitários, totais e global. Preço em moeda nacional corrente, considerando duas casas após a vírgula, incluído toda e qualquer despesa que incida sobre o objeto;
- VII. Planilhas de composição de custos e formação de preços individualizadas por tipo de posto, ajustadas ao valor negociado, com indicação do Acordo Coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho;
- VIII. Relação mínima de uniformes, EPIs, ferramentas e equipamentos a serem disponibilizados;
- IX. DCTFWeb ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção – FAP do licitante;
- X. Memória de cálculo detalhada contendo a metodologia e as fórmulas adotadas para obtenção dos valores propostos, devidamente ratificada pelo Representante ou Contador da empresa, quando exigida pelo Pregoeiro;

5.6. O licitante que convocado, deixar de enviar a documentação acima exigida será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

5.7. A proposta deve, obrigatoriamente, contemplar 100% dos quantitativos constantes relação de

itens objeto.

5.8. Na omissão dos prazos de execução e validade da proposta, serão considerados os constantes deste edital e na divergência entre o preço unitário e total, prevalecerá o menor preço.

5.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I.** Contiver vícios insanáveis;
- II.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V.** Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

5.10. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. O Pregoeiro, objetivando os princípios da eficiência, razoabilidade e celeridade, exigirá que a proposta atualizada seja encaminhada, via sistema, em conjunto com os documentos de habilitação, caso estes não estejam disponíveis no SICAF.

5.14. Na hipótese acima, caso o licitante apresente documentação viciada, será concedido o prazo adicional de duas horas para o envio dos documentos escoimados.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constante do sistema, através da Declaração SICAF.

6.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais quando houver dúvida em relação à integridade do

documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital.

6.5. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, para:

- I. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- II. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

6.9. Habilitação jurídica:

- I. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.10. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- III. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a

apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.11. Qualificação econômico-financeira:

- I. Certidão negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, quando não constar expressamente no documento o seu prazo de validade.
 - a) Será aceita a empresa em recuperação judicial, desde que comprovado, no momento da entrega da documentação exigida, que o plano de recuperação está aprovado (homologado) pelo Juízo competente.
- II. Balanço patrimonial e DRE dos dois últimos exercícios sociais (2023 e 2024 ou 2024 e 2025) assinado pelo representante legal e por contador com registro profissional, além de ser apresentado por qualquer uma das formas abaixo:
 - a) Cópia registrada e autenticada do balanço patrimonial e do DRE, bem como dos termos de abertura e encerramento e termo de autenticação do recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED); ou
 - b) Cópia do balanço patrimonial e do DRE, bem como dos termos de abertura e encerramento do livro diário registrados na Junta Comercial; ou
 - c) Cópia legível do balanço patrimonial e do DRE publicados em jornal ou revista demonstrando o nome do veículo e a data ou período de circulação.
- III. Capital social mínimo de 10% (dez por cento) ou patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação deverá ser feita por meio da apresentação do balanço patrimonial e DRE dos dois últimos exercícios sociais. É vedada a substituição dos documentos por balancetes ou balanços provisórios. Caso o balanço e as demonstrações tenham sido encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderão ser atualizados por índices oficiais.
- IV. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, por meio de balanço patrimonial e DRE dos dois últimos exercícios sociais.

6.12. Qualificação Técnica:

- I. Declaração de que a licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento da execução do objeto desta licitação.
- II. Declaração formal de que o licitante disporá de pessoal técnico, ferramentas, EPIs e EPCs necessários e essenciais para execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.
- III. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) a execução satisfatória de serviços

compatíveis, pertinentes e equivalentes ou superiores ao objeto da licitação:

- a) Como medida de garantia de qualidade e capacidade de atendimento, o licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) com no mínimo de 30% (trinta por cento) do número de colaboradores a serem contratados. Para comprovação do quantitativo mínimo acima indicado, será admitido o somatório de atestados, desde que os serviços tenham sido prestados no mesmo período;
- b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme subitem 10.8 do anexo VII-A da Instrução Normativa SEGES nº 05/2017;
- c) O atestado deverá ser emitido em papel timbrado do tomador dos serviços, discriminando os dados da empresa Contratada, trazer informações imprescindíveis para verificação da aptidão técnica da Contratada, como: local de prestação dos serviços, serviços executados, quantitativo, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos e a qualidade dos serviços prestados;
- d) Com o fito de certificar as informações acima indicadas, em sede de diligência, poderão ser solicitados aos licitantes: contrato de prestação de serviços e as respectivas notas fiscais;
- e) O atestado de capacidade técnica emitido pelos Órgãos e Entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Município de Balneário Camboriú, após o dia 08/06/2016, deve estar de acordo com o Decreto Municipal nº 8.195, de 8 de junho de 2016.

6.13. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade considerar-se-á 90 (noventa) dias a partir da data de emissão.

6.14. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diverso quando tiverem validade para todas as filiais e matriz.

6.15. Os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

6.16. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor na data da sessão de abertura.

6.17. Os documentos exigidos neste Edital poderão não ser aceitos, quando apresentados mediante cópias ilegíveis ou com datas rasuradas, sendo que ao licitador, reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário fazer a devida

diligência, nos termos da lei, facultando ainda, tomar as medidas necessárias, no caso de fraude ou má fé.

6.18. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

6.19. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Secretaria de Compras, situada na Rua Dinamarca, 320 – Paço Municipal – CEP: 88338-900.

7. DOS RECURSOS

7.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou da lavratura da ata.

7.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento dos documentos apresentados pelo licitante:

- I.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente e motivadamente, sob pena de preclusão;
- II.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III.** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

7.2.1. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, no tempo estimado indicado durante a sessão pública, importará na decadência desse direito, hipótese em que não será admissível qualquer requerimento protocolizado a posteriori.

7.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

7.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

7.4.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, os prazos supracitados poderão ser majorados.

7.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

7.6. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de até três dias úteis, em campo próprio do sistema, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, em campo próprio do sistema.

7.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú.

8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame.

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- IV. Deixar de apresentar amostra;
- V. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- VI. Deixar de apresentar documentação exigida;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

8.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

8.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração ou informações falsas durante a licitação.

8.1.6. Fraudar a licitação.

8.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- I. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- II. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- III. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

8.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao licitante e/ou adjudicatário as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I.** Advertência;
- II.** Multa;
- III.** Impedimento de licitar e contratar;
- IV.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II.** As peculiaridades do caso concreto;
- III.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado.

8.5. Para as infrações previstas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

8.6. Para as infrações previstas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

8.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

8.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3 acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou

entidade, qual seja, Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.10. Será aplicada ao licitante a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 8.1.5, 8.1.6, 8.1.7, 8.1.8 e 8.1.9 acima, cuja duração observará o prazo previsto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.11. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 8.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

8.12. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

9.1. Decairá do direito de pedir esclarecimento ou de impugnar os termos do edital, qualquer pessoa que não protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.2.1. Nos casos que necessitem de parecer técnico ou jurídico, o prazo de que trata o subitem 9.2 poderá ser majorado.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser protocolizados, de forma eletrônica, no site da Prefeitura, por meio do link “PROTOCOLO” (<https://bc.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>), em que o licitante deverá:

- I. No campo “Assunto” selecionar a opção “SECC - Pedido de Esclarecimento de Edital de Licitação” ou “SECC - Impugnação de Edital de Licitação”, fazendo constar a modalidade e o número da licitação, o objeto e seu conteúdo, sob pena de não reconhecimento.
- II. Informar a modalidade, o número da licitação e identificar o dispositivo do edital que pretende impugnar ou esclarecer no campo “Descrição”.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

9.7. Não logrará êxito o licitante que, tendo apresentado proposta de preço sem objeção aos termos do edital, venha a apontar, depois da abertura da sessão pública, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias.

10.2. Garantir a entrega/execução do material/serviço no local, pelo prazo, de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo vedada a subcontratação total ou parcial, sem anuência do município.

10.3. Dar maior agilidade possível para a entrega do bem para que a CONTRATANTE não fique com suas atividades paralisadas.

10.4. Manter em estoque um mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato.

10.5. Responsabilizar-se por qualquer dano ou prejuízo decorrentes da execução deste contrato causados à CONTRATANTE e terceiros, seja por culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante.

10.6. Não serão aceitos em qualquer hipótese produtos adulterados ou fora das qualidades exigidas em lei.

10.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

10.8. Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus colaboradores à CONTRATANTE ou terceiros.

10.9. Dar ciência imediata e por escrito à CONTRATANTE sobre qualquer anormalidade que possa afetar a execução do serviço ou entrega do bem.

10.10. Atender prontamente qualquer reclamação, exigência ou observação realizada pela CONTRATANTE.

10.11. Assegurar garantia dos serviços prestados e/ou materiais fornecidos, a partir da execução da atividade ou entrega do bem.

10.12. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração da constituição social ou do estatuto, conforme o caso, inclusive em caso de modificação do endereço eletrônico.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, dentre outras inerentes ou decorrentes desta contratação:

- I.** Fornecer à CONTRATADA, todos os dados e elementos que não constam no termo de referência, necessários à perfeita execução dos serviços;
- II.** Liquidar os documentos de cobrança, conforme disposto no Edital;
- III.** Publicar o aviso desta licitação na forma da lei;
- IV.** Dar apreciação e aprovação, caso proceda, do relatório de execução do objeto;
- V.** Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, solicitando à CONTRATADA todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- VI.** Notificar a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.2. Compete ao CONTRATANTE nomear 1 (um) gestor e no mínimo 1 (um) fiscal para acompanhar e a fiscalizar o contrato, em conformidade com suas competências e demais disposições legais.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definido do produto em conjunto com a nota fiscal, acompanhada do Relatório Técnico Mensal e da documentação comprobatória exigida para liquidação da despesa, e atesto do gestor do contrato, em conformidade ao item 10 do Termo de Referência.

12.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha

concorrido de alguma forma para tanto, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

TX = Índices oficiais aplicáveis à caderneta de poupança;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

12.3. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal (STF), irá ampliar as hipóteses de retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.1. A celebração do contrato ficará condicionada à realização da consulta prevista no subitem 5.1 deste Edital, à comprovação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira do adjudicatário, bem como à seguinte comprovação:

- I. A empresa adjudicatária, como condição indispensável para a assinatura da Ata de Registro de Preços, deverá comprovar o vínculo formal com o Responsável Técnico legalmente habilitado, que poderá ser engenheiro, arquiteto ou técnico em edificações/técnico em construção civil, regularmente registrado no conselho profissional competente (CREA, CAU ou CRT).
- II. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, deverá ser apresentada:
 - a) Certidão de Registro do Responsável Técnico junto ao respectivo conselho profissional (CREA, CAU ou CRT), nos termos do art. 67, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, vigente;
 - b) Certidão de Acervo Técnico – CAT, ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente, do Responsável Técnico indicado, que comprove a execução de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto, ou superior, relacionadas a serviços de reforma/manutenção predial preventiva e/ou corretiva.

III. Comprovação do vínculo profissional entre a empresa adjudicatária e o Responsável Técnico indicado, vigente na data prevista para a assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante a apresentação de, no mínimo, um dos seguintes documentos:

- a) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, contendo as páginas de identificação civil e do contrato de trabalho;
- b) Ficha de Registro de Empregado, em frente e verso;
- c) Contrato de trabalho firmado entre as partes;
- d) Contrato de prestação de serviços, devidamente formalizado.

13.1.2. O Responsável Técnico indicado deverá permanecer vinculado à contratada durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes, sendo vedada sua substituição sem prévia comunicação e anuência da Administração, acompanhada da comprovação de profissional substituto com qualificação técnica equivalente ou superior.

13.1.3. A não comprovação do vínculo com Responsável Técnico nos termos deste subitem impedirá a assinatura da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades

13.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- I. A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- II. A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.4. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.5. O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6. A existência de preço registrado implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para Administração Municipal.

13.8. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 20 do Decreto nº 11.462/2023.

13.9. O início dos serviços deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis contados da assinatura do

contrato ou da emissão da ordem de serviço inicial, salvo disposição diversa expressa pela Administração.

13.10. A contratada não terá direito subjetivo à contratação da totalidade dos quantitativos registrados, nem à prorrogação automática do contrato.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. O contratado deverá prestar garantia de execução do contrato, na forma do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante toda a execução do contrato e por 30 (trinta) dias corridos após vigência do contrato, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2. A garantia de execução deve ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contados da assinatura do contrato, cabendo ao contratado optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- I.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II.** Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- III.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado;
- IV.** Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

14.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada por meio de depósito na conta corrente: Caixa Econômica Federal - Agência 0921 - Conta nº 19-8.

14.5. Os títulos da dívida pública deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

14.6. O seguro-garantia deverá contemplar todos os eventos indicados no subitem 14.3 e estar regularmente registrado na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), observada a legislação que rege a matéria.

14.7. A fiança bancária deverá ser emitida por instituição bancária autorizada pelo Banco Central do Brasil que cumpra os requisitos e demais exigências legais para sua regular atuação, e deve contemplar todos os eventos indicados no subitem 14.3 e constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

14.8. A cobertura prevista no subitem 14.3 abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual, ainda que o sinistro seja comunicado pela Administração Municipal após a superação do termo final de vigência da garantia.

14.9. Na hipótese de extinção do contrato, caso não haja qualquer restrição, a garantia prestada

somente será devolvida após requerimento formal da contratada, sem responsabilidade da Administração Municipal por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-se eventuais créditos em favor da Administração Municipal.

14.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.11. A não prestação da garantia, prestação da garantia em prazo diverso ao determinado ou prestação incorretamente, poderá importar na inexecução total do contrato, nos termos do art. 137, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando a contratada à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

14.12. O atraso superior a 10 (dez) dias corridos para prestação da garantia autoriza a Administração Municipal a promover a extinção do contrato, sujeitando a contratada à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

14.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Justifica-se a utilização de códigos genéricos/similares do Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER) do SIASG, em razão do sistema Compras.gov.br, não possuir as especificações do objeto desta licitação tal qual como foram descritos pela equipe técnica. Nesse sentido, quaisquer divergências existentes entre a descrição do objeto deste Edital e o descritivo do objeto disposto no site www.gov.br/compras, prevalecerá a descrição deste Edital.

15.2. A exigência de qualificação econômico-financeira prevista no edital revela-se necessária, porquanto destinada a aferir, de forma objetiva, a capacidade da licitante de suportar as obrigações decorrentes do futuro contrato, de relevante vulto econômico e elevada demanda operacional, em conformidade com o art. 37, XXI, da Constituição Federal e com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021; nesse contexto, a apresentação de balanço patrimonial e DRE dos últimos exercícios, bem como a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor estimado da contratação, encontram amparo no § 4º do referido dispositivo legal, constituindo parâmetros idôneos para aferição da solidez financeira do licitante, enquanto a fixação de Capital Circulante Líquido mínimo de 16,66% do valor estimado, alinhada à prática consolidada nas contratações de serviços continuados com dedicação de mão de obra (IN SEGES/MP nº 5/2017), mostra-se tecnicamente adequada para garantir a existência de capacidade de giro suficiente ao custeio regular da execução contratual, mitigando riscos de inadimplemento, descontinuidade dos serviços e prejuízos à Administração, sem implicar restrição indevida à competitividade, mas sim observância aos princípios da proporcionalidade, eficiência e segurança da contratação pública.

15.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico www.gov.br/compras, bem como no sítio oficial do município de Balneário Camboriú <https://www.bc.sc.gov.br/licitacoes.cfm>.

15.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. O licitante assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.bc.sc.gov.br.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I. Relação de itens do objeto;

Anexo II. Modelo de proposta financeira;

Anexo III. Modelo de declaração de parentesco;

Anexo IV. Modelo do termo de anuência para citação e intimação por meio eletrônico;

Anexo V. Modelo de declaração anticorrupção;

Anexo VI. Modelo de declaração de compromisso e cumprimento à Lei Anticorrupção e ao Código de Conduta da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú;

Anexo VII. Modelo de declaração que instalará escritório dentro do limite geográfico exigido;

Anexo VIII. Modelo de declaração de conhecimento de todas as informações e das condições locais;

Anexo IX. Modelo de declaração de capacidade operacional;

Anexo X. Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo XI. Minuta do Contrato;

Anexo XII. Termo de referência, disponível no link:

<https://www.bc.sc.gov.br/licitacao.cfm?codigo=4688>

16. DO FORO

16.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital e da futura Autorização de Compras, será competente o Foro da Cidade de Balneário Camboriú/SC, com renúncia aos demais.

Balneário Camboriú, 27 de abril de 2026.

José Edeltrudes da Costa Ferreira Neto
Secretário de Compras e Convênios

ANEXO I - RELAÇÃO DE ITENS DO OBJETO DO EDITAL

Serviço	Quantitativo de colaboradores	Valor mensal individual	Valor mensal	Valor anual
Responsabilidade Técnica	4	R\$ 19.168,51	R\$ 76.674,05	R\$ 920.088,63
Profissional encarregado da manutenção	20	R\$ 8.551,81	R\$ 171.036,24	R\$ 2.052.434,91
Meio Oficial	55	R\$ 6.944,05	R\$ 381.922,87	R\$ 4.583.074,46
Serviços de Serventes, Auxiliares e outros	60	R\$ 6.328,26	R\$ 379.695,57	R\$ 4.556.346,88
	139		R\$ 1.009.328,74	R\$ 12.111.944,88

Indicação de Recursos - Dotação Orçamento:

94 - 1 . 58001 . 4 . 122 . 5010 . 2.208 . 0 . 339000 – Aplicações

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Prezado Pregoeiro,

Ref.: Licitação Nº /2026 - Carta-Proposta.

Apresentamos nossa “Carta Proposta” (assinada), para fornecimento do objeto do edital a ser prestado, com todas as despesas inclusas.

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Pessoa para contatos:

Fone/Fax:

E-mail:

Domicílio bancário:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório, estar ciente de que, neste ato, deverá estar regular perante a Seguridade Social (INSS) e FGTS, obrigações sociais e trabalhistas, bem assim, atender a todas as demais exigências de habilitação que regem a presente licitação e seus anexos integrantes, mantendo todas as condições até o final de vigência contratual.

2.2. No valor indicado na tabela abaixo estão incluídos todos os benefícios e os custos diretos e indiretos que forem exigidos para execução do objeto, assim entendido, não só as despesas diretas, pagamento da mão de obra, como também, as despesas indiretas, dentre elas: transporte, despesas financeiras, armazenagem, tributos, serviços de terceiros, contribuições devidas à Previdência Social, encargos sociais e trabalhistas; impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre a execução do serviço, ou outras despesas, quaisquer que sejam às suas naturezas.

Serviço	Qtd	Valor mensal individual	Valor mensal total	Valor anual
Responsável Técnico	4			
Profissional encarregado da manutenção	20			
Meio Oficial	55			
Serviços de Serventes, Auxiliares e outros	60			
	139			

2.3. Declaro conhecer a legislação de regência desta licitação e que os serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que conhecemos e aceitamos em todos os seus termos.

2.4. Declaro, também, que nenhum direito a indenização ou a reembolso de quaisquer despesas nos será devido, caso a nossa proposta não seja aceita pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, seja qual for o motivo.

2.5. O prazo de validade desta proposta é de _____ (_____) dias corridos, contados da negociação com o pregoeiro (proposta atualizada).

2.6. Declaro que forneceremos os materiais nos termos e prazos estatuídos no Edital e seus anexos e que dispomos das ferramentas técnicas, administrativas e da qualificação técnica exigidas.

2.7. Desde já, declaro pleno conhecimento e concordância com todas as exigibilidades do Edital e seus Anexos.

2.8. A Empresa _____ declara-se ciente de estar sujeita à aplicação das penalidades previstas no Edital, em caso de não cumprimento de qualquer dos prazos fornecidos.

Local (...), data (...).

(Assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

- I. Não possuir proprietário, sócio ou empregado que seja servidor ou agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- II. Não possuir proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

Por fim, DECLARA estar ciente de que a declaração falsa a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Por fim, DECLARA que comunicará qualquer ocorrência posterior que modifique as declarações aqui prestadas, ciente de que a não comunicação a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO IV – TERMO DE ANUÊNCIA PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

- I. Que autoriza e concorda com o recebimento das citações e intimações exclusivamente por meio eletrônico em eventual processo administrativo de apuração de responsabilidade e penalização pela prática de atos irregulares em processos licitatórios, contratos administrativos ou documento de vínculo obrigacional para com o Município de Balneário Camboriú.
- II. Estar ciente de que todos os atos processuais serão digitais e em formato eletrônico, por meio da plataforma 1Doc ou de nova plataforma eletrônica que venha a substituí-la.
- III. Estar ciente de que as citações e intimações serão consideradas como válidas no momento em que a plataforma registrar o recebimento e a leitura do e-mail.
- IV. Manter sempre atualizados os seus dados cadastrais, incluindo a alteração do endereço eletrônico informado quando da licitação.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO V – DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Estar ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto da presente licitação e futuro contrato, comprometendo-se a abster-se de praticar atividades que constituam uma violação das disposições destas regras anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários, empregados e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.
2. Não praticar atos lesivos à Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, para os fins da legislação pertinente, que atentem contra o seu patrimônio, contra os princípios da administração pública ou contra os compromissos assumidos, assim definidos:
 - I. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - II. Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - III. Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - IV. Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - V. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - VI. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

- VII.** Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC.
- 3.** A empresa declara, ainda, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC terá o direito de realizar procedimento de auditoria para se certificar da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO E CUMPRIMENTO À LEI ANTICORRUPÇÃO E CÓDIGO DE CONDUTA

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Conhecer e cumprir o previsto na [Lei Federal nº 12.846/2013](#) (Lei Anticorrupção) e no [Decreto Federal nº 11.129/2022](#), sob pena de responsabilização administrativa e civil pela prática de atos contra a Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, incluindo todos os seus profissionais envolvidos na fase de contratação e execução do objeto licitado.
2. Conhecer os princípios, os valores éticos e as normas estabelecidas pelo Código de Conduta da Administração Pública de Balneário Camboriú/SC, vigente ao tempo da contratação, comprometendo-me, neste ato, com sua observância e acatamento, sendo que todos os profissionais envolvidos na execução na fase de contratação e execução do objeto licitado, pautando seu comportamento e sua atuação na condução dos negócios, nas ações e nos relacionamentos com os interlocutores internos e externos, pelos princípios e pelos valores neles constantes, com vistas à erradicar as práticas ilegais, imorais e antiéticas.
3. Que obteve acesso ao [Anexo A do Código de Conduta do Decreto Municipal nº 10.809/2022](#), vigente ao tempo de contratação.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO VII. MODELO DE DECLARAÇÃO QUE INSTALARÁ ESCRITÓRIO DENTRO DO LIMITE GEOGRÁFICO EXIGIDO

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Que possui ou instalará escritório em Balneário Camboriú ou até 100 km de distância do município, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos do início da vigência do contrato, conforme alínea “a” do item 10.6 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;
2. Estar ciente de que a declaração falsa a sujeitará à declaração de inidoneidade, sem prejuízo das demais cominações legais.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS INFORMAÇÕES E CONDIÇÕES LOCAIS PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

(NOME DO LICITANTE), CPF/CNPJ nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA:

1. Ter pleno conhecimento de todas as informações previstas nos documentos que instruem o Pregão Eletrônico nº *** , condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o pleno cumprimento das obrigações e adequada execução do contrato objeto desta licitação, não podendo alegar posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Por fim, DECLARA conhecer e concordar com todas as obrigações e exigências previstas no instrumento convocatório e nos demais documentos que integram o processo licitatório, não podendo alegar posteriormente, desconhecimento de qualquer fato.

Local (...), data (...).

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO E OPERACIONAL MÍNIMO

NOME DO LICITANTE: (...)

ENDEREÇO COMPLETO: (...)

TELEFONE: (...)

E-MAIL: (...)

O (NOME DO LICITANTE), CNPJ/CPF nº (...), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), inscrito no CPF sob o nº (...), DECLARA que:

1. Disponibilizará, caso sagrado vencedor do certame, o número mínimo de pessoal técnico e operacional qualificado, bem como veículos, ferramentas, equipamentos, uniformes, EPIs e demais recursos necessários, a serem executados nos prédios, instalações e demais bens imóveis pertencentes ou utilizados pela Administração Pública Municipal de Balneário Camboriú, observadas as exigências do Edital, do Termo de Referência e da proposta apresentada.
2. Está ciente de que a apresentação de declaração falsa sujeitará a licitante às sanções cabíveis, inclusive à responsabilização administrativa, civil e penal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

Local (...), data (...).

NOME DO REPRESENTANTE
NOME DO LICITANTE

NOTA: Recomenda-se o emprego de papel timbrado do licitante.

ANEXO X - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos ** dias do ***** de ****, o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, situada na rua Dinamarca, nº 320, bairro das Nações, CEP 88.338-900, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. *****, nomeado pela Portaria nº **./**./****, inscrito no CPF nº **./**./**_**, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob o nº **./**./**/****_**, situada na rua *****, nº ****, bairro *****, CEP **./**./****, Cidade, Estado, representada neste ato pelo seu representante legal, *****, inscrito no CPF nº **./**./**_**, doravante denominado **FORNECEDOR**, resolvem firmar o presente ajuste e registrar o(s) preço(s) nesta Ata, atendendo as condições previstas no Pregão Eletrônico nº ***/2026 - PMBC sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, com fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, uniformes e EPIs, nos termos do Edital, do Termo de Referência e da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, FORNECEDOR e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

FORNECEDOR:						
Denominação: ***** - CNPJ nº **./**./**/****_**						
Endereço: *****						
Representante legal: *****						
CPF: **./**./**_**						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR TOTAL						

2.2. Os quantitativos registrados possuem natureza estimativa e não obrigam a Administração à contratação integral.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ENTREGAS

- 3.1.** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
- 3.2.** A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.
- 3.3.** A contratação com o FORNECEDOR registrado será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho e autorização de fornecimento.
- 3.4.** Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de ***, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.
- 3.5.** O FORNECEDOR deverá entregar os itens constantes da autorização de fornecimento no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica.
- 3.6.** Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão Participante correrão por conta do FORNECEDOR.
- 3.7.** Ficará sob total responsabilidade da proponente vencedora, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

- 4.1.** O pagamento pela aquisição do objeto da presente Ata, será feito em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente.
- 4.2.** O Órgão Participante efetuará o pagamento em até *** úteis, contados do recebimento da nota fiscal, em conformidade ao item 10 do Termo de Referência.
- 4.3.** O número do CNPJ constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta Ata.
- 4.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
- 4.5.** Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata de Registro de Preços, mesmo em caso de prorrogação, mas poderão ser revistos, na forma do Edital e desta ata.
- 4.6.** Se o Órgão Participante não efetuar o pagamento no prazo previsto no Edital e na Ata de Registro de Preços, e tendo o FORNECEDOR, à época, adimplido integralmente as obrigações avençadas, inclusive quanto aos documentos que devem acompanhar a Nota Fiscal, os valores devidos serão monetariamente atualizados, a partir do dia de seu vencimento e até o dia de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para atualização de obrigações tributárias, conforme estabelecido no artigo 92 inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

5.1. A Secretaria de Compras é a entidade pública gerenciadora e a *** é a participante do registro de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

6.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

7.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do FORNECEDOR, desde que comprovado o preço vantajoso.

7.2. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

7.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

7.4. A contratação com o FORNECEDOR registrado na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.5. O instrumento contratual de que trata o subitem 7.4 deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

7.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes.

7.8. Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

7.9. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

7.10. Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital; e

7.11. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no subitem 11.

7.12. O preço registrado com indicação do licitante será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.13. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

7.14. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou FORNECEDOR convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

7.15. A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital.

7.16. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.17. Na hipótese de nenhum dos licitantes, que trata o subitem 7.16, aceitar a contratação a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

7.18. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

7.19. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7.20. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

8.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

8.4. Na hipótese de previsão no Edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

CLÁUSULA NOVA - DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o FORNECEDOR para negociar a redução do preço registrado.

9.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

9.3. Na hipótese prevista no subitem anterior, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

9.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o FORNECEDOR não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao FORNECEDOR requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

9.6. Neste caso, o FORNECEDOR encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

9.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão e o FORNECEDOR deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos dos subitens 11.1 a 11.6, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.

9.8. Na hipótese de cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos termos do subitem anterior, o órgão procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos dos subitens 11.9 a 11.12, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

9.10. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço

registrado, conforme previsto no subitem 9.5 e no subitem 9.6, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

9.11. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas Atas de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

10.2. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

10.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

10.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

10.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado pelo gerenciador, quando o FORNECEDOR:

11.2. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;

11.3. Recusar a nota de empenho ou autorização de fornecimento, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

11.4. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no art. 27, § 2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023; ou

11.5. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.6. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao FORNECEDOR não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá o órgão, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os

efeitos da sanção.

11.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 11.1 a 11.6 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

11.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

11.9. Por razão de interesse público;

11.10. A pedido do FORNECEDOR, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

11.11. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do arts. 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto Federal nº 11.462/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital ou no aviso de contratação direta.

12.2. É atribuição da Secretaria de Compras a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços.

12.3. O órgão gerenciador deverá comunicar à Secretaria de Compras qualquer das ocorrências previstas nos subitens 11.1 a 11.6, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do FORNECEDOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

13.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do FORNECEDOR, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. É competente o foro da Comarca da Balneário Camboriú/SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

15.1. Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

ANEXO XI - MINUTA DE CONTRATO
TERMO Nº ***

Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial.

Aos ** dias do mês de ***** de ****, o **MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.285/0001-07, com sede na Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CEP 88.338-900, Balneário Camboriú/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. *****, nomeado pela Portaria nº ***/****, inscrito no CPF nº ***.***.***-**, doravante denominado **CONTRATANTE** ou **MUNICÍPIO**, e a empresa *****, inscrita no CNPJ sob o nº ***.***.***-**, com sede na Rua *****, nº *****, Bairro *****, CEP ***.***-**, Cidade/UF, neste ato representada por *****, inscrito(a) no CPF nº ***.***.***-**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o presente instrumento, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 048/2026 – PMBC, COMPRASGOV nº 90046/2026**, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 11.210/2023, do Edital, da Ata de Registro de Preços e do Termo de Referência, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva, corretiva e emergencial, com fornecimento de mão de obra qualificada, ferramentas, equipamentos, uniformes, EPIs e demais recursos necessários, a serem executados nos prédios, instalações e demais bens imóveis pertencentes ou utilizados pela Administração Pública Municipal de Balneário Camboriú, nos termos do Edital, da Ata de Registro de Preços, do Termo de Referência e da proposta vencedora.

1.2. Os serviços compreendem, de forma não exaustiva, atividades de manutenção em instalações elétricas, hidrossanitárias, alvenaria, revestimentos, pintura, coberturas, pisos, esquadrias, serralheria, vidraçaria e demais componentes das edificações, visando à preservação das condições de segurança, funcionalidade, salubridade, durabilidade e adequada conservação do patrimônio público.

1.3. A execução contratual ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço ou instrumento equivalente, no qual constarão, quando aplicável, o local de execução, a descrição dos serviços, os prazos de atendimento, o grau de urgência, os quantitativos efetivamente demandados e as demais condições operacionais necessárias à execução.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
1	Responsável Técnico			
2	Profissional encarregado da manutenção			
3	Meio Oficial			

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)
4	Serventes, Auxiliares e outros			
	VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		R\$	R\$

1.4. Os quantitativos acima possuem natureza meramente estimativa, não gerando à CONTRATANTE obrigação de contratação mínima ou simultânea, por se tratar de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços, cuja execução observará a efetiva necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária.

1.5. Caberá à CONTRATANTE o fornecimento dos materiais de construção a serem empregados nas intervenções autorizadas, conforme definido em cada Ordem de Serviço, competindo à CONTRATADA a disponibilização da mão de obra, do responsável técnico, do preposto, dos equipamentos, das ferramentas, dos uniformes, dos EPIs, da logística operacional e dos demais meios indispensáveis à perfeita execução dos serviços.

1.6. Integram e complementam o presente contrato, como se nele estivessem transcritos, o Edital do Pregão Eletrônico nº 048/2026 – PMBC, a Ata de Registro de Preços dele decorrente, o Termo de Referência, a proposta adjudicada e todos os documentos que integram o processo licitatório.

1.7. Os serviços serão executados de forma indireta, com dedicação exclusiva de mão de obra, observadas as especificações, os padrões de qualidade e os níveis de serviço estabelecidos nos documentos que instruem a contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, DO INÍCIO DA EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de *** meses, contados da data de sua assinatura.

2.2. O início da execução dos serviços deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço inicial, salvo disposição diversa expressa da Administração.

2.3. Em razão da natureza continuada do objeto, a vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente, até o limite previsto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que mantidas a vantajosidade, a necessidade administrativa e as demais condições legais e contratuais.

2.4. A prorrogação de que trata o subitem anterior dependerá, cumulativamente: a) da demonstração formal, nos autos, da permanência da natureza continuada do serviço; b) da juntada de relatório da execução contratual, com indicação de regularidade na prestação; c) da motivação escrita do interesse público na continuidade; d) da manifestação expressa da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação; e) da comprovação de manutenção das condições de habilitação e da vantajosidade dos preços para a Administração.

2.5. A CONTRATADA não possui direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. Toda prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo.

2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido sancionada com impedimento de licitar e contratar ou com declaração de inidoneidade, observadas as abrangências de aplicação.

2.8. A CONTRATADA não terá direito subjetivo à contratação da totalidade dos quantitativos estimados nem à prorrogação automática do presente ajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas pela Administração, por meio de servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente, inclusive no âmbito das unidades demandantes, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, dos arts. 20 a 24 do Decreto Municipal nº 11.210/2023 e das disposições do Termo de Referência.

3.2. Os fiscais de contrato poderão ser assistidos e subsidiados por terceiros contratados pela Administração, observado o disposto no art. 26 do Decreto Municipal nº 11.210/2023.

3.3. As atividades de gestão e de fiscalização deverão ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, assegurada a distinção entre as atribuições do gestor, do fiscal técnico, do fiscal administrativo e, quando houver, do fiscal setorial.

3.4. Compete ao gestor do contrato, dentre outras atribuições:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros de ocorrências e as medidas adotadas;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação para fins de empenho e pagamento;
- d) coordenar a rotina de fiscalização e o histórico de gerenciamento contratual;
- e) elaborar relatório final da execução contratual;
- f) coordenar a atualização do relatório de riscos;
- g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais;
- h) realizar o recebimento definitivo do objeto, mediante termo detalhado;
- i) adotar as providências necessárias à instauração de processo administrativo sancionador, quando cabível.

3.5. Compete ao fiscal técnico, dentre outras atribuições:

- a) prestar apoio técnico ao gestor;
- b) registrar as ocorrências relacionadas à execução;
- c) emitir notificações para correção de falhas e irregularidades;
- d) informar situações que demandem providências superiores;
- e) comunicar ocorrências que possam inviabilizar a execução;
- f) fiscalizar a conformidade técnica dos serviços, das Ordens de Serviço, dos relatórios e das notas fiscais;
- g) participar da atualização do relatório de riscos;
- h) auxiliar na avaliação do cumprimento das obrigações;
- i) realizar o recebimento provisório do objeto, quanto aos aspectos técnicos.

3.6. Compete ao fiscal administrativo, dentre outras atribuições:

- a) prestar apoio operacional ao gestor quanto ao controle de prazos, apostilamentos, termos aditivos, empenhos, pagamentos, garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação;
- c) examinar a regularidade do recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de problemas relacionados ao descumprimento contratual;
- e) participar da atualização do relatório de riscos;
- f) auxiliar na avaliação do cumprimento das obrigações;
- g) realizar o recebimento provisório do objeto, quanto aos aspectos administrativos.

3.7. Compete ao fiscal setorial, quando designado, exercer as atribuições compatíveis com o acompanhamento cotidiano da execução nas respectivas unidades atendidas, registrando ocorrências, conferindo a prestação dos serviços, subsidiando o fiscal técnico e o gestor e comunicando imediatamente eventuais não conformidades.

3.8. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, inclusive perante terceiros, por quaisquer danos, falhas, irregularidades ou prejuízos decorrentes da execução contratual.

3.9. As ocorrências verificadas durante a execução deverão ser registradas pela fiscalização e formalmente comunicadas à CONTRATADA, que ficará obrigada a adotar as medidas corretivas necessárias nos prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, total ou parcialmente, em razão da natureza integrada da solução e da necessidade de centralização da responsabilidade técnica, operacional e gerencial da execução.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ _____
(_____), perfazendo o valor total de R\$ _____
(_____).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive salários, benefícios, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, despesas de deslocamento, substituições, uniformes, EPIs, ferramentas, equipamentos, veículos de apoio operacional, seguros, tributos e quaisquer outras necessárias ao integral cumprimento do contrato.

5.3. A remuneração da CONTRATADA observará as medições mensais, os quantitativos efetivamente demandados, as glosas eventualmente incidentes, o contingenciamento de encargos trabalhistas e as demais regras previstas neste contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal/fatura, do Relatório Técnico Mensal - RTM, da documentação comprobatória exigida para liquidação da despesa e do atesto do gestor do contrato, observadas as disposições do Termo de Referência.

6.2. Para fins de liquidação, a CONTRATADA deverá apresentar, além do documento fiscal, no que couber:

- a) comprovantes de pagamento dos salários dos empregados vinculados à execução contratual;
- b) comprovantes de recolhimento integral do FGTS e do INSS;
- c) folha de pagamento do mês;
- d) CRF/FGTS;
- e) certidão conjunta de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social;
- f) CNDT;
- g) certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal;
- h) demais documentos que a fiscalização reputar necessários para comprovação da regularidade da execução e das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

6.3. O atesto da nota fiscal somente ocorrerá se não houver irregularidades na prestação dos serviços ou nos documentos apresentados; existindo impropriedades, o atesto ficará condicionado ao respectivo saneamento pela CONTRATADA.

6.4. Caso a CONTRATADA emita nota fiscal em desacordo com o Edital, o Termo de Referência ou este contrato, ou sem o atendimento dos requisitos legais aplicáveis, deverá proceder à sua substituição, não se caracterizando mora da Administração.

6.5. Decorrido o prazo para recebimento do documento de cobrança regular, o gestor do contrato deverá proceder ao atesto no prazo de até 5 (cinco) dias corridos.

6.6. O valor do pagamento será aquele constante do documento de cobrança, deduzidas as glosas eventualmente aplicáveis, inclusive aquelas decorrentes do IMR, da ausência de profissional não suprida por substituição regular, do não atendimento de horas efetivamente registradas ou de outras inconformidades apuradas pela fiscalização.

6.7. Os documentos de cobrança com erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à CONTRATADA no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contado de sua apresentação, hipótese em que o prazo de pagamento será reiniciado a partir da reapresentação do documento regular.

6.8. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, técnica ou documental que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade na execução, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

6.9. Consoante o art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retenção cautelar de pagamento, em caso de risco iminente de dano de difícil ou impossível reparação.

6.10. O Município de Balneário Camboriú, em cumprimento ao Tema de Repercussão Geral nº 1.130 do Supremo Tribunal Federal, realizará a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidentes no pagamento de mercadorias e serviços, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

7.1. A repactuação é aplicável aos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.

7.2. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação da mão de obra será contado a partir da data-base prevista em acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva, sentença normativa ou lei vigente na data de apresentação da proposta.

7.3. Os insumos, os custos operacionais e os demais componentes não diretamente vinculados à data-base da mão de obra poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima anual, contada da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que ela se referir, na forma prevista no Edital e na legislação aplicável.

7.4. Quando o interregno mínimo de 12 (doze) meses não tiver sido cumprido em relação aos insumos, ocorrerá exclusivamente a repactuação dos custos de mão de obra, diferindo-se o reajuste dos insumos para o reajustamento subsequente.

7.5. O pedido de repactuação deverá ser acompanhado de planilha analítica demonstrativa da variação efetiva dos custos, com indicação expressa dos itens alterados, dos respectivos valores atualizados, dos documentos comprobatórios pertinentes e do instrumento coletivo, sentença normativa ou lei que embasem o pleito.

7.6. Para fins de concessão da repactuação, a Administração poderá realizar diligências e exigir prova de que a CONTRATADA efetivamente suportará os novos custos invocados.

7.7. É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios ou insumos não previstos na proposta inicial, salvo quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento coletivo, sentença normativa ou lei.

7.8. A repactuação produzirá efeitos financeiros a partir da data em que se efetivarem as alterações de custo que lhe deram causa, conforme fixado no respectivo instrumento coletivo, sentença normativa ou lei.

7.9. As repactuações a que fizer jus a CONTRATADA, mas que não forem tempestivamente requeridas durante a vigência contratual, precluirão com a assinatura de termo aditivo de prorrogação ou com o encerramento do contrato, conforme o caso.

7.10. Fica assegurado, nos termos da legislação aplicável, o direito ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quando presentes os pressupostos legais.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência e neste contrato.

8.3. Fornecer à CONTRATADA, quando cabível, os materiais de construção, os dados, os elementos e as informações necessários à adequada execução dos serviços autorizados.

8.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, atrasos, irregularidades ou incorreções verificadas na execução, fixando prazo para sua correção.

8.5. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo, na forma e nas condições estabelecidos neste contrato.

8.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas em lei, no Edital e neste contrato.

8.8. Emitir decisão expressa sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. Responder aos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, observadas as disposições legais.

8.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual, quando for o caso.

8.11. Designar gestor e fiscais do contrato, nos termos da legislação vigente.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros por ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Iniciar a execução em até 5 (cinco) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço inicial, salvo disposição diversa expressa da Administração.

9.2. Cumprir integralmente todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.3. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que possível, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazo de atendimento, de execução ou de finalização, acompanhados da devida comprovação.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor, pelos fiscais do contrato ou por autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação que lhe for solicitado.

9.5. Reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados com vícios, defeitos, incorreções, inadequações técnicas ou desconformidades em relação às especificações contratuais.

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer prejuízo causado à Administração, ao patrimônio público, ao meio ambiente ou a terceiros, não se reduzindo tal responsabilidade em razão da fiscalização contratual.

9.7. Responsabilizar-se integralmente pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais, securitárias e demais encargos legais relacionados aos empregados vinculados à execução contratual, não se transferindo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade por sua inadimplência, na forma do art. 121, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.8. Manter, durante toda a execução contratual, responsável técnico legalmente habilitado, regularmente inscrito no respectivo conselho profissional competente, com qualificação compatível com o objeto, sendo vedada sua substituição sem prévia comunicação e anuência da Administração, acompanhada da indicação de profissional substituto com qualificação equivalente ou superior.

9.9. Designar e manter preposto formalmente constituído, com poderes para representá-la perante a

Administração durante toda a execução do contrato, apto a receber determinações, prestar esclarecimentos, solucionar ocorrências e adotar providências imediatas para a correção de não conformidades.

9.10. Disponibilizar mão de obra qualificada, preposto, responsável técnico, ferramentas, equipamentos, uniformes, crachás, EPIs, EPCs, transporte e demais recursos operacionais indispensáveis à execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE.

9.11. Assegurar que seus empregados portem identificação funcional visível, mediante crachá contendo, no mínimo, nome da empresa, nome completo do empregado, fotografia e função exercida, bem como uniforme com a identificação “A serviço da Prefeitura de Balneário Camboriú”.

9.12. Executar os serviços autorizados em estrita observância às normas técnicas aplicáveis, às regras de segurança do trabalho, às boas práticas de manutenção predial e às orientações da fiscalização contratual, responsabilizando-se pela correta aplicação e pelo adequado manuseio dos materiais de construção fornecidos pela CONTRATANTE.

9.13. Atender com presteza às demandas emergenciais, corretivas e preventivas, observando os seguintes prazos referenciais:

a) manutenção corretiva emergencial: chegada da equipe técnica ao local em até 1 (uma) hora após o acionamento formal;

b) manutenção corretiva não emergencial: início dos serviços em até 24 (vinte e quatro) horas do acionamento formal;

c) manutenção preventiva: conforme cronograma e plano de trabalho aprovados pela fiscalização.

9.14. Apresentar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, Relatório Técnico Mensal - RTM devidamente assinado pelo responsável técnico ou representante legal, contendo informações técnicas e gerenciais sobre os serviços executados, objetivos, metodologia, memorial descritivo, resultados alcançados e indicadores relacionados às Ordens de Serviço de Manutenção - OS-M.

9.15. Utilizar software apto a registrar unidades atendidas, ambientes, serviços realizados, histórico técnico, diário de obras com fotos, medições, aprovações e relatórios gerenciais, disponibilizando à fiscalização, sempre que solicitado, os relatórios técnicos, planilhas e informações complementares pertinentes.

9.16. Apresentar, no 1º (primeiro) mês da prestação dos serviços e sempre que houver substituição de empregado, a documentação funcional exigida no Termo de Referência, inclusive relação dos empregados vinculados à execução, CTPS, registros e demais documentos comprobatórios pertinentes.

9.17. Durante a execução e quando solicitada, entregar à fiscalização extratos do INSS e do FGTS, folhas de pagamento, contracheques, comprovantes de benefícios, documentos de saúde e segurança do trabalho, comprovação de capacitação dos empregados, informações relativas ao responsável técnico e às ARTs, RRTs ou TRTs aplicáveis e demais documentos necessários ao acompanhamento contratual.

9.18. Na extinção ou rescisão do contrato, apresentar, no prazo definido pela Administração, os termos de rescisão dos contratos de trabalho, guias de recolhimento do FGTS e da contribuição previdenciária, extratos do FGTS e exames médicos demissionais dos empregados desligados vinculados à execução contratual.

9.19. Manter durante toda a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.20. Cumprir, durante toda a execução contratual, a reserva legal de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, bem como a reserva mínima de 5% (cinco por cento) das vagas destinadas à execução dos serviços para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, na forma da Lei Municipal nº 4.595/2021.

9.21. Promover, sem ônus para a CONTRATANTE, a capacitação inicial e continuada de seus empregados, observando as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente NR-01, NR-06, NR-10, NR-12, NR-16, NR-18, NR-20, NR-33 e NR-35, bem como manter regulares e vigentes os exames médicos ocupacionais admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissionais.

9.22. Respeitar as Resoluções do CONAMA e adotar as medidas de sustentabilidade e de gerenciamento de resíduos previstos no Termo de Referência, inclusive quanto à segregação, destinação ambientalmente adequada dos resíduos e uso racional de água, energia e insumos.

9.23. Orientar e treinar seus empregados sobre as obrigações decorrentes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei Federal nº 13.709/2018), adotando medidas eficazes de proteção aos dados pessoais a que tenha acesso em razão da execução contratual, bem como guardar sigilo sobre todas as informações obtidas.

9.24. Manter escritório em Balneário Camboriú ou a até 100 (cem) quilômetros de distância do Município, comprovando sua instalação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos do início da vigência contratual, em conformidade com o Edital.

9.25. Não permitir a utilização de trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização de menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.26. Após a assinatura do contrato, firmar o termo necessário à operacionalização da conta-depósito vinculada e comparecer à agência bancária indicada para regularização da conta e entrega de documentos, nos termos deste contrato e do Termo de Referência.

9.27. Não se estabelecerá qualquer vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA, vedada qualquer forma de pessoalidade ou subordinação direta entre os agentes públicos e os trabalhadores da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS GARANTIAS

10.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução do contrato, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante toda a execução contratual e por 30 (trinta) dias corridos após o término de sua vigência.

10.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, contado da assinatura do contrato, cabendo à CONTRATADA optar por uma das modalidades legalmente admitidas.

10.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

I - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto e do não adimplemento das demais obrigações

contratuais;

II - prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo na execução;

III - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração;

IV - obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS não adimplidas, quando couber.

10.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada por meio de depósito na conta corrente da Caixa Econômica Federal - Agência 0921 - Conta nº 19-8.

10.5. Os títulos da dívida pública deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

10.6. O seguro-garantia deverá contemplar todos os eventos indicados no subitem 10.3 e estar regularmente registrado na Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, observada a legislação pertinente.

10.7. A fiança bancária deverá ser emitida por instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil, contemplar todos os eventos indicados no subitem 10.3 e conter renúncia expressa do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

10.8. A cobertura da garantia abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual, ainda que o sinistro seja comunicado pela Administração após a superação do termo final de sua validade.

10.9. Na hipótese de extinção do contrato, inexistindo restrições, a garantia somente será devolvida após requerimento formal da CONTRATADA, deduzidos eventuais créditos da Administração.

10.10. Em caso de alteração do valor do contrato ou de prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, nos mesmos parâmetros inicialmente adotados.

10.11. A não prestação da garantia, sua apresentação intempestiva ou em desconformidade com este contrato poderá caracterizar inexecução total do ajuste, nos termos do art. 137, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando a CONTRATADA às penalidades cabíveis.

10.12. O atraso superior a 10 (dez) dias corridos para prestação da garantia autoriza a Administração a promover a extinção contratual, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.13. O garantidor não integra a relação contratual para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

10.14. A CONTRATADA responderá pela qualidade, regularidade técnica, segurança, solidez, funcionalidade e perfeita execução dos serviços de manutenção predial preventiva, corretiva, emergencial e de reforma executados no âmbito do contrato, obrigando-se a reparar, corrigir, remover, refazer, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, falhas de execução ou inadequações técnicas, ainda que constatados após o recebimento provisório ou definitivo.

10.15. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui nem reduz a responsabilidade civil, técnica, legal e ético-profissional da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto, nem transfere à Administração os riscos por vícios, defeitos ou falhas construtivas decorrentes da execução contratual.

10.16. Em se tratando de serviços de reforma, recuperação ou intervenção que envolvam elemento

construtivo, sistema predial ou parcela da edificação cuja inadequada execução possa comprometer a solidez, a segurança, a estabilidade, a estanqueidade ou a durabilidade do imóvel, a CONTRATADA permanecerá responsável pelo prazo mínimo legal de 05 (cinco) anos, contado do recebimento definitivo da respectiva intervenção, sem prejuízo de responsabilização ulterior nas hipóteses legalmente cabíveis, conforme art. 618, do Código Civil.

10.17. A correção dos vícios ou defeitos apontados pela fiscalização deverá ser iniciada pela CONTRATADA no prazo máximo fixado na notificação da CONTRATANTE, compatível com a natureza e a urgência da ocorrência, e concluída em prazo razoável tecnicamente justificável, sem prejuízo da adoção das demais medidas contratuais, administrativas e sancionatórias cabíveis.

10.18. A garantia prevista nesta cláusula abrange todos os custos necessários à recomposição da adequada condição de uso, funcionamento e segurança do bem público afetado, inclusive mão de obra, deslocamentos, ferramentas, equipamentos, testes, desmontagem, remontagem, refazimento dos serviços e demais providências indispensáveis à completa eliminação do vício ou defeito identificado.

10.19. Verificada a inércia da CONTRATADA ou a insuficiência das providências adotadas, poderá a CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa, determinar a execução das correções por terceiros ou diretamente pela Administração, com ressarcimento integral dos custos pela CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis e da apuração de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

11.2. Serão aplicadas à CONTRATADA, observado o devido processo legal e a proporcionalidade, as seguintes sanções:

I - advertência, quando houver inexecução parcial sem gravidade suficiente para justificar penalidade mais severa;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A multa observará os parâmetros do Edital, incidindo, conforme a gravidade da infração, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da reparação integral dos danos causados.

11.4. As sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente, na forma da lei.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada à CONTRATADA a apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade será precedida de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observado o rito previsto nos arts. 157 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos dela decorrentes;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando pertinente.

11.8. Os débitos da CONTRATADA perante a Administração, decorrentes de multas e indenizações, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos à empresa, decorrentes deste ou de outros contratos administrativos celebrados com o Município.

11.9. As sanções aplicadas deverão ser registradas e publicizadas nos cadastros competentes, na forma da legislação vigente.

11.10. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei Federal nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

12.1. A CONTRATANTE observará o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à CONTRATADA, com vistas à cobertura dos encargos trabalhistas previstos neste contrato e no Termo de Referência.

12.2. O montante a ser contingenciado, constante da proposta da empresa e obedecidos os limites estabelecidos, será obtido mediante a aplicação dos percentuais referentes aos seguintes provisionamentos:

- a) férias;
- b) 1/3 constitucional;
- c) 13º salário;

d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

e) incidência dos respectivos encargos previdenciários e do FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

12.3. Os valores contingenciados serão depositados em conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, aberta em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil S.A.

12.4. Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal, sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

12.5. Para resgate de valores da conta-depósito vinculada, referentes ao pagamento de férias, 1/3 constitucional, 13º salário e respectivos encargos, a CONTRATADA deverá expedir solicitação formal à unidade competente da Prefeitura, acompanhada da documentação comprobatória de que efetivamente pagou a cada empregado as verbas correspondentes, bem como de planilha detalhada individualizada por empregado.

12.6. Quando o resgate envolver verbas rescisórias, a solicitação deverá ser instruída, ainda, com os cálculos homologados quando exigíveis, guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, extratos dos depósitos nas contas vinculadas do FGTS, exames médicos demissionais e demais documentos comprobatórios previstos no Termo de Referência.

12.7. O responsável pela fiscalização do contrato ratificará as informações que influenciem nos valores a serem levantados da conta-depósito vinculada, especialmente quanto à frequência, às ausências, ao adicional noturno, ao período abrangido pelo cálculo e à efetiva alocação do empregado na execução contratual.

12.8. Os saldos da conta-depósito vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou outro índice que venha a substituí-lo para cálculo de rendimentos de caderneta de poupança.

12.9. As despesas de abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão suportadas pela taxa de administração constante da proposta comercial da CONTRATADA, podendo ser retidas do pagamento mensal e depositadas na própria conta vinculada, na forma do Termo de Referência.

12.10. A liberação do saldo remanescente da conta-depósito vinculada, quando não houver rescisão do contrato de trabalho de todos os empregados vinculados à execução, observará rigorosamente os requisitos, as comprovações e as hipóteses previstas no Termo de Referência e dependerá da demonstração de quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

13.1. O acompanhamento da execução contratual será realizado por meio de Instrumento de Medição de Resultado - IMR, com a finalidade de aferir objetivamente a qualidade, a regularidade, a eficiência e a conformidade dos serviços prestados, vinculando o pagamento à efetiva entrega dos resultados pactuados.

13.2. O IMR constitui ferramenta de gestão contratual destinada a mensurar o desempenho da CONTRATADA, verificar o cumprimento dos níveis mínimos de serviço, subsidiar glosas proporcionais de valores quando constatadas inconformidades e induzir a melhoria contínua da prestação dos serviços.

13.3. As inconformidades apuradas deverão ser formalmente comunicadas à CONTRATADA, com

indicação do item descumprido, da descrição da falha, do prazo para correção, quando aplicável, e da glosa aplicada ou passível de aplicação, assegurando-se contraditório e ampla defesa.

13.4. A reincidência de resultados insatisfatórios apurados por meio do IMR poderá caracterizar inexecução parcial ou total do objeto, ensejando glosas, aplicação de penalidades e, se for o caso, extinção contratual.

13.5. O somatório das glosas mensais decorrentes do IMR fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) das medições mensais, sem prejuízo das demais sanções contratuais cabíveis.

13.6. O IMR não substitui a fiscalização contratual, constituindo instrumento complementar de gestão e controle da execução.

13.7. Os indicadores, os critérios, as faixas de tolerância e as demais regras do IMR são os constantes do Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, hipótese em que a Administração adotará as providências cabíveis para readequação do cronograma, apuração de responsabilidade e eventual aplicação de sanções.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes do término de sua vigência por qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se, no que couber, os arts. 138 e 139 do mesmo diploma legal.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos, relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos, bem como apuração de eventuais indenizações, glosas e multas.

14.5. A extinção do contrato não obsta o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida a indenização cabível, na forma da lei.

14.6. O contrato também poderá ser extinto caso se constate a manutenção, pela CONTRATADA, de vínculo vedado pelo art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 com dirigente, agente público ou fiscal vinculado à contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal vigente, na(s) seguinte(s) dotação(ões), a ser(em) indicada(s) no momento da contratação pelo órgão ou unidade demandante:

15.1.1. Gestão/Unidade: _____.

15.1.2. Fonte de Recursos: _____.

15.1.3. Dotação Orçamentária: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANTICORRUPÇÃO E CÓDIGO DE CONDUTA

16.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação

brasileira, especialmente o Código Penal, a Lei Federal nº 8.429/1992 e a Lei Federal nº 12.846/2013, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, por si, seus sócios, administradores, empregados, colaboradores e terceiros por elas contratados.

16.2. A CONTRATADA obriga-se a não dar, oferecer ou prometer qualquer vantagem indevida a agente público ou a terceiros a ele relacionados, nem praticar atos destinados a influenciar ilicitamente decisões ou direcionar negócios em favor próprio ou de terceiros.

16.3. A CONTRATADA deverá adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das normas anticorrupção, prevenção à fraude, lavagem de dinheiro e integridade, exigindo igual postura de seus empregados, prepostos e terceiros contratados.

16.4. A violação das obrigações previstas nesta cláusula configura infração grave e poderá ensejar a extinção motivada do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

16.5. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta da Prefeitura de Balneário Camboriú e as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA ALOCAÇÃO DE RISCOS

17.1. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável pelos riscos ordinários relacionados à presente contratação, salvo disposição expressa em contrário neste contrato ou na legislação aplicável.

17.2. Compete à CONTRATADA promover levantamento pormenorizado dos riscos que assume com a assinatura deste contrato e adotar as medidas adequadas para mitigá-los, inclusive mediante capacitação, supervisão técnica, controle operacional e observância das normas de segurança.

17.3. Sem prejuízo de outros riscos inerentes à atividade contratada, consideram-se alocados à CONTRATADA:

- a) variação dos custos de salários, insumos e despesas operacionais;
- b) falhas, atrasos, ineficiências, negligência, imperícia ou omissão na execução;
- c) danos causados a terceiros, ao patrimônio público ou ao meio ambiente por seus empregados, prepostos ou subcontratados vedados;
- d) perdas ou avarias em ferramentas, equipamentos e bens de sua propriedade;
- e) descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho;
- f) custos decorrentes do gerenciamento e da destinação ambientalmente adequada de resíduos;
- g) ações judiciais movidas por terceiros ou por empregados em razão de fatos imputáveis à CONTRATADA;
- h) eventos seguráveis e a variação do custo dos seguros relacionados à atividade desempenhada.

17.4. Não integram os riscos ordinários da CONTRATADA os fatos caracterizados como fato do príncipe, força maior ou caso fortuito efetivamente imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, desde que comprovados e aptos a ensejar, nos termos da lei, o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aplicáveis subsidiariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme a hipótese legal.

19.2. Nenhuma alteração poderá desvirtuar o objeto contratado nem implicar afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou ao equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a divulgação do presente instrumento e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e nos demais meios exigidos pela legislação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1. Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Camboriú/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2552-240E-9E06-9BE0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSÉ EDELTRUDES DA COSTA FERREIRA NETO (CPF 054.XXX.XXX-58) em 27/04/2026 10:43:10
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/2552-240E-9E06-9BE0>